

**PROJETO DE LEI Nº                      , DE 2012**  
**(Da Sra. Bruna Furlan)**

Modifica a Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, que institui o Código Brasileiro de Telecomunicações, tipificando a infração de interferência em operação policial.

**O Congresso Nacional decreta:**

**Art. 1º** Esta lei acrescenta dispositivo à Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, que institui o Código Brasileiro de Telecomunicações, tipificando a infração de interferência em operação policial.

**Art. 2º** Acrescente-se ao art. 53 da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, o seguinte dispositivo:

“Art. 53. ....  
.....

*m) interferir em ação da autoridade policial, impedindo ou dificultando sua realização, mediante divulgação ao vivo de comunicação com suspeito, acusado ou praticante de ato ilícito.”*

**Art. 3º** Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

**JUSTIFICAÇÃO**

Temos presenciado, na cobertura jornalística de atos criminosos, a intervenção de pessoas que operam no sentido de dificultar ou impedir a ação da força policial, colocando em risco a vida das vítimas ou a identificação e detenção de criminosos.

Eventualmente, a própria atuação de jornalistas, pressionados pela urgência de realizar reportagens ou obter matérias exclusivas, acaba por interferir de modo definitivo no resultado dessas operações policiais.

Talvez o episódio mais notório junto ao público tenha sido o sequestro e o cárcere privado da jovem Eloá Cristina Pimentel, que acabou sendo vítima de uma malsucedida tentativa de resgate pela força policial. O acesso telefônico direto de jornalistas ao seu sequestrador, a transmissão ao vivo das conversas e a exposição midiática da operação contribuíram para frustrar as negociações e levar ao trágico desfecho.

Tal interferência, embora evidentemente venha a extrapolar a razoabilidade da cobertura jornalística, configurando-se como ato leviano, não pode ser enquadrada nos tipos penais existentes, tais como apologia de crime, resistência ou desobediência. Não se configura o uso da violência, o ato de resistência ou a exposição intencionalmente favorável do criminoso. É preciso, portanto, caracterizar o abuso no exercício da atividade de comunicação, para permitir sua adequada identificação.

O “caso Eloá”, em suma, sinaliza a necessidade de aperfeiçoamento da nossa legislação, de modo a dotar as autoridades de um instrumento para caracterizar e coibir a interferência em suas iniciativas de investigação, de manutenção da ordem e de promoção da segurança pública.

Pelo exposto, convencida da relevância do tema, espero contar com o apoio dos meus ilustres Pares, indispensável à discussão e aprovação da matéria.

Sala das Sessões, em            de    maio de 2012.

**Deputada BRUNA FURLAN**